



COMBATE AO EXTREMISMO VIOLENTO

Começa a preocupar a demora da investigação do caso de militares que atiraram corpos para as chamas em Cabo Delgado

- A investigação é liderada por uma equipa da Missão da SADC em Moçambique, uma vez que os militares envolvidos no acto hediondo de queima de corpos fazem parte da força regional que apoia o país na luta contra o extremismo violento em Cabo Delgado. Três meses depois da circulação do vídeo, ainda não há informação sobre o estágio da investigação muito menos sobre a data em que a mesma será concluída.



- O CDD sempre defendeu que a investigação devia ser dirigida por uma comissão independente. Uma investigação feita pela SAMIM aos seus membros não dá garantias de transparência e isenção devido ao conflito de interesses. Havia, por tanto, o risco de a investigação não trazer resultados que levem à responsabilização dos militares envolvidos naquele acto flagrante de violação de direitos humanos e do Direito Humanitário Internacional.

A Ministra sul-africana da Defesa e Veteranos Militares, Thandi Modise, garantiu que a Missão da SADC em Moçambique (SAMIM) está ainda a investigar o vídeo que circulou no início deste ano que mostra militares da força regional destacada para Cabo Delgado atirando um corpo para um monte de lixo em chamas. O vídeo terá sido filmado em Novembro de 2022 em Nangade, um dos distritos afectados pelo extremismo violento no norte de Cabo Delgado.

No vídeo não é possível identificar, através do fardamento, o país de origem dos dois militares que atiram o corpo para as chamas, mas eles estavam rodeados de militares sul-africanos. Aliás, um dos militares que aparece no vídeo a filmar a cena trajava o fardamento da Força de Defesa Nacional Sul-Africana. Este facto levou o Governo sul-africano a destacar uma equipa das Forças Armadas para investigar aquele acto flagrante de violação de direitos humanos e do Direito Humanitário Internacional.

A equipa que chegou a Cabo Delgado no dia 13 de Janeiro integrava representantes da Unidade de Informações de Defesa, das Operações Conjuntas e do Departamento Jurídico do Exército sul-africano. Na altura, o CDD¹ defendeu que seria desejável que a investigação fosse dirigida por uma comissão independente para compreender o que teria levado os militares a tomarem aquela decisão desprezível; se eles agiram por conta e risco próprios; desvendar as circunstâncias que antecederam à queima dos corpos (se houve tortura ou execuções); apurar a identidade das vítimas – se são militares ou civis.

Para o CDD, uma investigação feita pelo Exército sul-africano aos seus membros não dava

garantias de transparência e isenção devido ao conflito de interesses (soldados sul-africanos a investigarem os seus pares). Havia, por tanto, o risco de a investigação não trazer resultados que levem à responsabilização dos militares envolvidos naquele crime hediondo.

A investigação não passou para uma comissão independente, conforme defendeu o CDD, mas foi assumida por uma equipa da SAMIM. Mesmo assim, ainda persistem receios sobre até que ponto a missão irá expor e responsabilizar os seus membros envolvidos naquele crime hediondo.

Em declarações no Parlamento, a Ministra da Defesa e dos Veteranos Militares disse que, após a conclusão da investigação liderada pela SAMIM, a Força de Defesa Nacional Sul-Africana irá verificar se há membros seus envolvidos naquele acto para, em função das conclusões, “instruir acções disciplinares quando aplicável”.

Entretanto, a demora na conclusão da investigação já começa a levantar preocupações sobre a seriedade com que a SAMIM está a tratar do assunto. O vídeo começou a circular nos primeiros dias de Janeiro e, três meses depois, ainda não há resultados da investigação. Respondendo às perguntas dos deputados, a Ministra da Defesa e dos Veteranos Militares não deu nenhuma indicação sobre o estágio da investigação muito menos a previsão da sua conclusão².

A demora torna-se ainda mais preocupante porque desde que iniciou o conflito do tipo extremismo violento em Cabo Delgado, em Outubro de 2017, nunca houve uma investigação séria dos vários casos reportados de violação de direitos humanos envolvendo as Forças de Defesa e Segurança (FDS) de Moçambique.

¹ <https://cddmoz.org/wp-content/uploads/2020/07/Nao-e-satisfatorio-que-seja-o-Exercito-sul-africano-a-investigar-actos-praticados-pelos-seus-membros.pdf>

² https://www.defenceweb.co.za/featured/moz-body-burning-investigation-ongoing/?utm_source=izooto&utm_medium=on_site_interactions&utm_campaign=Exit_Intent_Recommendation



INFORMAÇÃO EDITORIAL

Propriedade: CDD – Centro para Democracia e Desenvolvimento
Director: Prof. Adriano Nuvunga
Editor: Emídio Beula
Autor: Emídio Beula
Layout: CDD

Contacto:
Rua de Dar-Es-Salaam Nº 279, Bairro da Sommerschild, Cidade de Maputo.
Telefone: +258 21 085 797

 CDD_moz
E-mail: info@cddmoz.org
Website: <http://www.cddmoz.org>

PARCEIROS DE FINANCIAMENTO

